

Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP

Belo Horizonte, ano 14, n. 160, abr. 2015

Doutrina

Artigos

- Pregão em contratações de TI Augusto Sherman Cavalcanti
- A Transparência na Gestão Pública como instrumento de controle social Cléia Juçara Airoldi, Maria Aparecida Cardoso da Silveira
- Antecipação de pagamento em contratos administrativos Fabiano de Figueirêdo Araujo
- Constituição de consórcios públicos e implicações da Lei nº 11.107/ 2005 nas associações intermunicipais anteriores Gustavo Gomes Machado, Caroline Bastos Dantas
- As alterações de janeiro de 2015 à Lei Geral de Concessões e Permissões (Lei nº 8.987/95)
 Iara Alves de Paiva Lima
- Acordos administrativos: Reflexões e apontamentos para a revisão da legislação dos contratos administrativos
 Maria Tereza Fonseca Dias

Direto ao Ponto

Quais são os limites para a previsão de marca em editais de licitação? Guilherme Jardim Jurksaitis

Orientações Práticas em Gestão Pública

Chamamento público e prazo de divulgação

Jurisprudência Seleçionada

Acórdãos na Íntegra

Superior Tribunal de Justiça

Contrato administrativo – Contrato verbal com ente público – Prestação de serviços artísticos – Art. 60, Lei nº 8.666/93 – Nulidade – Inobservância da forma escrita

Tribunal de Contas da União

Pregão eletrônico – Formação de registro de preços – Manutenção de instalações – Contratação de obra – Ausência de indicativo que as obras são padronizadas –

Impossibilidade por meio de pregão e sistema de registro de preços – Nulidade do certame na modalidade pregão

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Licitação – Pregão eletrônico – Aquisição de equipamento médico-hospitalar – Tomógrafo computadorizado – Especificações técnicas exclusivas – Qualidade superior à média do mercado – Exigência que restringe a competitividade do certame – Impossibilidade

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Contrato administrativo – Prestação de serviços – Dissídios coletivos – Aumento da alíquota do FGTS e do piso da categoria profissional – Desequilíbrio econômico-financeiro – Inocorrência - Empresa em recuperação judicial – Hipossuficiência não necessariamente decorrente de tal fato – Necessidade de comprovação da miserabilidade para usufruto do beneficio da justiça gratuita

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Ação popular – Contrato de arrendamento de áreas portuárias – Aditivos Contratuais – Objeto inicialmente contratado demasiadamente diferente do que efetivamente executado – Irregularidade das alterações por meros aditivos – Necessidade de licitação – Garantia do amplo acesso das partes interessadas na exploração econômica – Busca da oferta mais vantajosa a Administração Pública

Consultas - Tribunais de Contas

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

Consulta – Execução do contrato administrativo – Terceirização de serviços – Ausência de certidões que reflitam a regularidade fiscal no curso do ajuste – Retenção dos pagamentos – Impossibilidade – Necessidade de a Administração Pública tomar as cautelas necessárias para evitar a responsabilização por obrigações trabalhistas – Meios idôneos a efetiva fiscalização – Renovação ou prorrogação de contratos – Necessidade de ponderação com o interesse público, ainda que não seja comprovada a manutenção das condições de regularidade fiscal

Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Consulta – Licitação – Poderes Executivo e Legislativo Municipal – Possibilidade de realização de licitação conjunta –Processos licitatórios para locação de softwares que seja tecnicamente justificada a padronização tecnológica – Viabilidade jurídica – Preservação da autonomia municipal garantida constitucionalmente – Elaboração de convênio, ajuste ou lei local específica autorizadora – Execução orçamentária e financeira de cada Poder – Ressalvas

Ementário

- Concessão e Permissão
- Contratação Direta
- Contrato Administrativo
- Controle Interno e Externo
- Convênio
- Licitação
- Responsabilidade Fiscal

Tendências Jurisprudenciais

- Contratação Direta
- Controle Interno e Externo
- Convênio

Legislação Comentada

Comentários à Lei de Licitações e Contratações Públicas (art. 62) Antônio Flávio de Oliveira

Legislação

Informativo de Legislação